

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2019

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em conformidade com a legislação em vigor e com as disposições estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS e os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

A responsabilidade social e ambiental é premissa fundamental do nosso negócio. A distribuição do Gás Natural Veicular – GNV, principal produto comercializado, tem uma importância estratégica para a população do Distrito Federal, pois atende à população preocupada com a preservação ambiental e com a economia dos custos de transporte, especialmente a classe dos motoristas de aplicativos e profissionais de veículos de aluguel.

Finalmente, a CEBGAS agradece aos seus clientes, fornecedores, acionistas, colaboradores e à população do Distrito Federal, pela confiança depositada em sua gestão, ao mesmo tempo em que reafirma seu compromisso inarredável de continuar prestando os serviços de distribuição de gás natural com qualidade, confiabilidade, ética e transparência nos negócios.

2. PERFIL DA COMPANHIA

A **COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS – CEBGAS**, constituída em 20 de março de 2001, com sede na Cidade de Brasília / DF, é uma sociedade por ações de Economia Mista, autorizada pela Lei Distrital n.º 2.518, de 10 de janeiro de 2000, com a finalidade de distribuir gás combustível canalizado, com exclusividade, a todo o Distrito Federal.

A constituição da Companhia se deu por intermédio das ações do governo do Distrito Federal que, entendendo a importância que o gás natural vinha demonstrando em todo o mundo como variável-chave na busca do desenvolvimento sustentável, elaborou um modelo empresarial para desenvolver a indústria desse energético na região. Esse modelo, cristalizado na CEBGAS, buscou conciliar o

preceito Constitucional – que delega aos Estados a competência pela distribuição de gás combustível canalizado - com uma gestão empresarial, para a oferta desse serviço, e, ao mesmo tempo, com uma solução que contemplasse as limitações dos recursos públicos para investimento.

3. NEGÓCIOS DA COMPANHIA

LOGÍSTICA DE TRANSPORTE DO GÁS NATURAL

As questões afetas à logística de transporte do gás natural para o Distrito Federal continuaram a ser avaliadas e discutidas em profundidade, em 2019, com os agentes do setor no país, pela mobilização de esforços dos sócios da CEBGAS.

3.1 SUPRIMENTO POR GÁS NATURAL LIQUEFEITO – GNL

Por intermédio da GNL GEMINI Logística e Comercialização de Gás Ltda, uma sociedade formada entre a WHITE MARTINS, PETROBRAS e GASPETRO, de iniciativa pioneira no país, foi construída uma planta de liquefação de gás natural em Paulínia – SP, a qual iniciou suas operações em 2006, com capacidade de produção de 380.000 m³/dia de Gás Natural Liquefeito – GNL, em condição de suprimento competitivo com outros energéticos a serem deslocados, como a Gasolina C e o Etanol, além do Gás Liquefeito de Petróleo – GLP (Gás de Cozinha) e, ainda, do Oleo Combustível, de forma econômica para a população do DF e para a CEBGAS.

3.2 SUPRIMENTO POR GASODUTO DE TRANSPORTE

A CEBGAS continuou em 2019 a acompanhar o desenvolvimento do Projeto do Gasoduto do Brasil Central. Este Projeto tem o objetivo de prover o suprimento contínuo de gás natural, por meio do modal rodoviário a partir do Gasoduto Bolívia – Brasil, para os estados de Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal.

Essas são alternativas importantes para promover o crescimento sustentável da CEBGAS, pois possibilitará o suprimento contínuo de gás natural com custos mais competitivos para a Companhia proporcionando, desta forma, viabilizar a massificação do gás natural, por meio da construção de uma malha integrada de distribuição, voltada a atender a demanda dos diversos segmentos de mercado do DF.

4. ALTERNATIVA DE SUPRIMENTO DE GÁS NATURAL

Algumas ações de resultado de médio e longo prazo vêm sendo tomadas pela empresa no sentido de tornar competitivo o gás natural não somente pelo foco no preço, mas em valor agregado, incluindo a melhoria ambiental. Essas ações abrangem a busca por fontes alternativas de produção e suprimento do gás natural de forma contínua, segura e competitiva para o Distrito Federal. Uma alternativa que vem sendo estudada pela empresa é o biogás / Biometano que é uma mistura de gases resultante do processo de degradação da matéria orgânica na ausência de oxigênio, ou seja, em um processo anaeróbio. O principal componente desta mistura é o metano, um gás com alto potencial energético, o que faz do biogás um fonte renovável de energia.

5. AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO - 2020

No ano de 2019, o volume de venda de gás natural veicular– GNV ficou num patamar superior em comparação com o ano de 2018, com um acréscimo de aproximadamente 18% (dezoito por cento). Para o ano de 2020, a CEBGAS manterá o foco na busca de alternativas para alavancar as vendas do produto expandindo para os demais segmentos de mercado do gás natural, e como consequência diversificando a matriz energética do Distrito Federal. A meta da gestão da Companhia para 2020 é concretizar o projeto de produção e distribuição do gás natural a partir de fontes renováveis.

Brasília, 21 de janeiro de 2020.

Luiz Eduardo Sá Roriz
Diretor Presidente

André Gustavo Lins de Macêdo
Diretor Administrativo e Financeiro
respondendo pela Diretoria Técnica e Comercial

BALANÇO PATRIMONIAL
31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	646	906
Contas a receber	4	245	213
Estoques		57	94
Tributos a recuperar	5	-	21
Despesas antecipadas		1	1
Total do ativo circulante		949	1.235
Ativo Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	5	49	30
Direito de uso	6	166	-
Intangível	7	73	94
Diferido	8	78	78
Total do ativo não circulante		366	202
Total do ativo		1.315	1.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo	Notas	2019	2018
Circulante			
Fornecedores	9	288	542
Obrigações por arrendamentos	10	61	-
Obrigações sociais a recolher		29	26
Tributos a recolher	11	75	71
Outros passivos		9	7
Total do passivo circulante		462	646
Passivo Não circulante			
Obrigações por arrendamentos	10	112	-
Total do passivo não circulante		112	-
Patrimônio líquido			
Capital social	12	5.721	5.721
Prejuízos acumulados		(5.680)	(5.330)
		41	391
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	700	400
Total do patrimônio líquido		741	791
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.315	1.437

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Receita operacional líquida	13	5.359	4.053
Custos dos produtos vendidos	14	(5.036)	(3.773)
Lucro bruto		323	280
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	14	(645)	(625)
Remuneração de administradores	14	(35)	(35)
Outras despesas operacionais	14	(1)	(1)
		(681)	(656)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(358)	(376)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	22	34
Despesas financeiras	15	(14)	-
		8	34
Prejuízo do exercício		(350)	(342)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.721	(4.988)	733	-	733
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	400	400
Prejuízo do exercício	-	(342)	(342)	-	(342)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.721	(5.330)	391	400	791
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota12)	-	-	-	300	300
Prejuízo do exercício	-	(350)	(350)	-	(350)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.721	(5.680)	41	700	741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetem os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas

A Companhia não possui contingências cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos seja "provável, possível e remoto". Assim, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

2.11. Novos pronunciamentos contábeis

CPC 06 (R2) – Arrendamentos

Emitido em 13 de janeiro de 2016 (aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade como NBC TG 06 (R3)) e vigorando a partir de 1º de janeiro de 2019, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do CPC 06 (R1) incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e o CPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia efetuou suas análises a respeito da adoção inicial e concluiu que o contrato de arrendamento do imóvel relativo a sala comercial onde está instalada a sua sede atende ao escopo deste pronunciamento. Os efeitos do registro do ativo de direito de uso do imóvel e das obrigações por arrendamento estão sendo apresentados nessas demonstrações contábeis.

A administração aplicou a abordagem de transição simplificada e não está representando os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

Outros pronunciamentos

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e bancos	38	186
Aplicações financeiras	608	720
Total	646	906

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas de 95% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são classificadas pela Administração da Companhia como "caixa e equivalentes de caixa", por serem consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Contas a receber

	2019	2018
Petrobras Distribuidora S.A (Nota 16)	245	213
	245	213

A Petrobras Distribuidora S.A. é o único cliente da Companhia. A Companhia não possui saldo vencido de contas a receber.

5. Tributos a recuperar

	2019	2018
Imposto de renda retido na fonte - IRRF a compensar	49	51
	49	51
Circulante	-	(21)
Não circulante	49	30

6. Direito de uso

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou a NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aprovou o CPC06(R2), que estabelece critérios para registro de contratos de arrendamento, para os novos contratos e demais contratos não abrangidos pela norma anterior, em uma abordagem de transição simplificada, que consiste em não apresentar os saldos comparativos para o ano anterior.

O contrato elgível pela Companhia para adoção do CPC 06 (R2) refere-se ao aluguel do imóvel onde funciona a sede administrativa da Companhia.

Para esse contrato de arrendamento, a Companhia reconheceu o ativo de direito de uso pelos passivos de arrendamento, conforme segue:

Composição e movimentação dos saldos

	Taxas médias de amortização (% a.a.)	Saldo em 31/12/2018	Adições	Saldo em 31/12/2019
Direito de uso de imóveis	27,5%	-	229	229
(-) Amortização		-	(63)	(63)
		-	166	166

7. Intangível

	Taxa de amortização	31/12/2019	31/12/2018	Saldo líquido	Saldo líquido
Descrição do intangível	Custo	Amortização	Saldo líquido	Saldo líquido	
Medidores e tubulações	30 anos	298	(225)	73	94
		298	(225)	73	94

A seguir está apresentada a movimentação do ativo intangível:

	Saldos em 31/12/2018	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2019
Descrição	94	(18)	(3)	73
Medidores e tubulações	94	(18)	(3)	73

8. Diferido

	2019	2018
Custo	2.721	2.721
(-) Amortização acumulada	(2.643)	(2.643)
Saldo	78	78

O saldo remanescente do ativo diferido refere-se a projetos que ainda não entraram em operação e que serão amortizados quando do início de suas respectivas operações.

16. Partes relacionadas

	Transações	Saldos
	Receita bruta de venda de gás	Ativo circulante Contas a receber
	(a)	(b)
Partes relacionadas		
Petrobras Distribuidora S.A.	6.932	245
GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda.	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.932	245
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.242	213

	2019	2018
GNL Gemini comercialização e logística de gás Ltda. (Nota 16)	274	528
Fornecedores de serviços	14	14
	288	542

9. Fornecedores

	2019	2018
GNL Gemini comercialização e logística de gás Ltda. (Nota 16)	274	528
Fornecedores de serviços	14	14
	288	542

10. Obrigações por arrendamento

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou a NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que aprovou o CPC06(R2), que estabelece critérios para registro de contratos de arrendamento, para os demais contratos não abrangidos pela norma anterior, em uma abordagem de transição simplificada, que consiste em não apresentar os saldos comparativos para o ano anterior.

O prazo do contrato é de cinco anos, iniciados em 14 de agosto de 2017, podendo ser renovado automaticamente por mais um ano, expressamente convenicionado entre as partes, com pagamentos mensais e fixos sendo atualizados anualmente pelos índices IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ou qualquer índice que vier a substituí-lo. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.

O contrato foi considerado, no julgamento da Companhia, como arrendamento essencialmente se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O valor presente do contrato foi calculado por taxas equivalentes à do custo de captação de empréstimos e financiamentos para obtenção de imóveis junto a instituições financeiras. O vencimento dos pagamentos do aluguel mínimo do arrendamento financeiro está descrito a seguir:

	31/12/2019
Circulante	61
Até um ano	61
Não circulante	112
Entre um e dois anos	112
Total	173

A movimentação das obrigações por arrendamentos está assim representada:

	31/12/2019
Saldo inicial	-
Reconhecimento inicial CPC 06(R2)	229
Juros	13
Pagamento anual	(69)
Saldo final	173

11. Tributos a recolher

	2019	2018
ICMS a recolher	62	60
PIS a recolher	2	1
COFINS a recolher	8	6
IRRF a recolher	2	2
Outros impostos	1	2
	75	71

12. Patrimônio líquido

a) **Capital social**
O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$5.721, dividido em 5.721.000ações ordinárias e preferenciais no valor unitário de R\$ 1,00 cada, pertencentes a Companhia Energética de Brasília – CEB, Termogás S.A. e Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:
• Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.
• Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.
b) **Adiantamento para futuro aumento de capital**
Durante o exercício corrente, a Companhia recebeu dos seus acionistas Companhia Energética de Brasília – CEB, Termogás S.A. e Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro, o montante de R\$ 700, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, o qual será integralizado ao capital social no exercício seguinte.



COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS - CEBGAS

CNPJ 04.363.670/0001-23

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

(a) Os saldos e as transações com a Petrobrás Distribuidora S.A., companhia ligada, são provenientes de venda de gás natural veicular, efetuada com base em condições estabelecida em contratos de compra e venda celebrados entre as partes.

(b) O suprimento de gás natural no Distrito Federal é fornecido pela GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda., companhia ligada, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, por meio de transporte de GNL, efetuada com base em condições estabelecida em contratos de compra e venda celebrados entre as partes.

17. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros e risco de liquidez. A administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco da taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI, conforme detalhado na Nota 3.

c) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da administração, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. Devido ao fato de a Companhia ainda não ter iniciado sua operação similar à de outras companhias distribuidoras de gás canalizado no Brasil, conforme mencionado na Nota 1, a necessidade de caixa está sendo suportada por seus acionistas.

d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

18. Cobertura de seguros

A Companhia mantém política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos em suas instalações e os bens relacionados, em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas com sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A cobertura dos contratos de seguro está evidenciada abaixo:

Finalidade do seguro	Importância segurada-R\$
Incêndio	300
Danos elétricos	40
Despesas fixas	40
Equipamentos Eletrônicos	40
Equipamentos Estacionários	10
Perda ou pagamento de aluguel	20
Responsabilidade Civil – Operações	60
Roubo de bens	40

DIRETORIA

LUIZ EDUARDO SÁ RORIZ

Diretor Presidente

ANDRE GUSTAVO LINS DE MACÊDO

Diretor Administrativo e Financeiro
respondendo pela Diretoria Técnica e Comercial

CONTADORA

LEURÍDIA ALEIXO DA SILVA

CRC 018356/O2-PE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Saulo Nazareno de Mesquita Carvalho

Enaldo Cezar Santana Valadares

José Carlos de Salles Garcez

Jairo Fernando Mecabó

Wanderson Silva de Menezes

CONSELHO FISCAL

Fabio Moreira Amorim

Ana Carolina Sartori Natal

João Emigdio da Costa Silva

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Gás – CEBGÁS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2019, onde é apresentado

o valor total do Ativo e Passivo de R\$ 1.315 mil (um milhão trezentos e quinze mil reais) e Prejuízo do Exercício de R\$ 350 mil (trezentos e cinquenta mil reais). Constatou-se que, considerando-se os aspectos relevantes, estes documentos estão em conformidade com os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, não tendo sido apurada nenhuma irregularidade em relação ao desempenho das atribuições dos administradores ou perante os cofres da Companhia. Com base nos exames efetuados e à vista da opinião favorável da *Ernst & Young* Auditores

Independentes S/S, datado de 27 de janeiro de 2020, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das matérias a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da CEBGAS. Brasília, 20 de fevereiro de 2020.

João Emigdio da Costa e Silva

Fabio Moreira Amorim

Ana Carolina Sartori Natal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Brasileira de Gás - CEBGÁS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 27 de janeiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-ZSP015199/O-6

Francisco da Silva Pimentel
Contador
CRC-1SP171230/O-7-T-PE